

A perspectiva do racionamento

Vítima da mais terrível escassez cambial de todos os tempos, a economia brasileira não só amarga os efeitos perversos da recessão como também se vê diante da iminência de medidas drásticas, entre elas o racionamento de combustíveis derivados de petróleo, apesar das negativas pouco convincentes de algumas autoridades.

De fato, quando se considera que o País está com cerca de US\$ 2 bilhões em compromissos externos atrasados e que os recursos a serem eventualmente obtidos dos bancos e do FMI já têm destino certo, a idéia do racionamento parece algo muito próximo e não mera hipótese.

Assim, temos a impressão de que qualquer planejamento realista para os próximos 12 meses deve atribuir uma probabilidade alta às dificuldades de suprimento de combustíveis derivados de petróleo, que poderiam atingir também os consumidores industriais e agrícolas, conforme previu o industrial Antônio Ermírio de Moraes, ao dizer que "o País correrá sérios riscos não de falta de gasolina para os automóveis, mas de óleo combustível para a fabricação de bens essenciais à vida".

No setor agrícola, segundo informações de consultores de empresas de São Paulo, os empresários não precisariam temer a falta de derivados até outubro, mês em que termina a maior parte do plantio, porém de novembro em diante as incertezas aumentarão consideravelmente e o racionamento poderá ser a única saída das autoridades, caso não haja até lá uma decisão final do FMI e a conclusão dos entendimentos com os bancos credores para uma renegociação ampla da dívida externa, que permita a obtenção de recursos novos.

Além das dificuldades para a importação de petróleo, o País não conseguirá atingir a meta de 340 mil barris/dia até o final deste ano (no momento, a produção é de 322 mil barris diários), o que torna a dependência de fornecimentos do Exterior maior que a prevista.

Embora na Petrobrás as notícias sejam de certa forma positivas (aumento de 145 mil barris diários nos fornecimentos da Arábia Saudita, Kuwait e Qatar ao Brasil), persistem muitas dúvidas sobre a disposição dos fornecedores de realizar novas vendas de óleo ao País com prazos de até seis meses para pagamento. Ademais, as informações procedentes da Petrobrás devem ser encaradas com reserva, uma vez que a opinião pública não tem meios de aferir o que se passa de fato nessa empresa estatal.

De qualquer forma, o mais otimista dos observadores tem hoje o dever de admitir que o abastecimento de derivados de petróleo está sujeito a perturbações. Logo, o racionamento deve ser encarado como uma possibilidade objetiva decorrente do estado de asfixia cambial em que se encontra a economia. Aliás, esse é, aparentemente, o espírito da portaria 288 do Conselho Nacional do Petróleo, que fixou cotas de derivados para os postos, considerada medida preliminar para o racionamento.

Sem dúvida, a decisão de racionar o consumo tem muitos inconvenientes e só deve ser admitida em caráter de emergência, mas muito pior seria um racionamento velado, no qual as prioridades para o abastecimento não seriam respeitadas e o câmbio negro se implantaria, em prejuízo dos interesses da coletividade.